

PODER

Congresso reage a vandalismo

Deputados e senadores se dividem sobre atos violentos em Brasília. Há parlamentares que culpam black blocks, não bolsonaristas

» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

Deputados e senadores condenaram os atos violentos no centro de Brasília, promovidos por radicais bolsonaristas na segunda-feira. Congressistas destacaram, também, a falta de proatividade na repressão e na identificação dos baderneiros.

“Se fosse professor protestando, se fosse sem terra protestando, certamente teriam algumas dezenas de pessoas já criminalizadas. Teriam dito que elas teriam provocado a polícia. Agora, como tinha gente da extrema direita, dessa milícia civil bolsonarista, que foi e segue sendo organizada pelo presidente derrotado Jair Bolsonaro, com essa fonte de financiamento empresarial que precisa ser identificada e devidamente punida no Brasil, como são eles, nada aconteceu”, criticou a deputada federal Sâmia Bonfim (PSol-SP), na tribuna da Câmara.

A parlamentar afirmou que, em 2023, a intenção é de

instaurar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para identificar os criadores e financiadores do movimento.

O deputado e membro da equipe de coordenação da transição, Aliel Machado (PV-PR), considerou estranha a falta de eficiência da polícia, com o aparato e tecnologia que possui. “Se não tiver responsabilização, a situação se torna grave, é uma carta de liberdade para fazerem coisas maiores”, alertou.

O senador Marcos do Val (Podemos-ES), por sua vez, tentou descolar bolsonaristas dos atos de vandalismo. Disse acreditar que houve atuação de black blocks infiltrados no grupo de manifestantes. “Eles são mais novos, tampam o rosto, sempre têm uma mochila, camiseta preta e gorro, não é um perfil de bolsonarista, nem da direita. Começaram a se infiltrar e fazer o movimento de baderna”, alegou.

Ele contou que esteve com Bolsonaro na sexta-feira e que o presidente se mostrava conformado com o resultado das eleições.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Elmar Nascimento será relator da PEC: “Vou traduzir o que a maioria dos deputados e líderes quiserem fazer”

PEC sai até terça

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que a Casa pode acabar votando a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição na semana que vem. A declaração ocorreu horas após um encontro dele com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, no qual se comprometeu a não barrar a apreciação do texto, mas apontou insatisfações de seus pares com o novo governo, em especial com as incertezas sobre o orçamento secreto.

“Vamos fazer o esforço (para votar nesta semana), vai depender da conversa do relator”, afirmou Lira. “Há, sim, a previsão de iniciar (a votação da PEC) quarta ou quinta e de terminar na terça-feira”, afirmou, destacando que os trabalhos legislativos precisam ser encerrados entre os dias 21 e 22.

O prazo colocado por Lira é considerado apertado por articuladores do novo governo, que desejavam ver a PEC aprovada ainda nesta semana.

Lira escolheu o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), um de seus aliados, para relatar a PEC. Na coletiva de imprensa, o político baiano optou por não opinar sobre o texto aprovado no Senado.

“Vou traduzir o que a maioria dos deputados e líderes quiserem fazer”, salientou Nascimento. “O máximo (que pode ser votado) é o texto que foi aprovado no Senado, aqueles R\$ 200 de complemento do Bolsa Família, o aumento do salário mínimo, os R\$ 150 das crianças, tudo isso está precificado. Não acredito que nenhum deputado, seja de oposição, seja do governo, vote contra.”

Cacique bolsonarista vai para Papuda

» ISABEL DOURADO*
» LUANA PATRIOLINO

O cacique bolsonarista José Acácio Serere Xavante, acusado de atos antidemocráticos, vai continuar preso, segundo decisão da Justiça em audiência de custódia. Ele foi transferido para o Complexo Penitenciário da Papuda.

A prisão temporária de Xavante, ocorrida na segunda-feira, pela Polícia Federal, foi decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado acatou

pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). De acordo com o órgão, o cacique integrou o grupo que invadiu a sala de embarque do Aeroporto Internacional de Brasília, no último dia 2. Ele também convocou pessoas armadas para tentar impedir a diplomação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Xavante estaria sendo financiado pelo fazendeiro paulista, Dide Pimenta, que tem propriedade em Campinápolis (MT). Na região, está demarcada a Terra Indígena Parabubure, na qual

vive parte da população Xavante e a família do cacique.

Ele não tem a função de cacique na aldeia dele. Na verdade, quem comanda o local é o cacique Celestino. Interlocutores da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) explicam que o indígena não é tradicional. Casou-se há seis anos com uma mulher não indígena e atua como pastor evangélico. A conversa religiosa ocorreu após ser preso por tráfico de drogas.

Rafael Weree, membro da população Xavante e presidente

nacional do Movimento Indígena do PDT, enfatizou que o povo xavante é a favor da democracia e repudiou as ações do cacique.

“Inclusive, foi muito alertado para ele sair desse barco, mas ele não deu ouvidos para ninguém e continuou nessa caminhada muito extrema. Na pandemia, presenciamos a morte de tantos anciãos, então não deveríamos apoiar uma pessoa dessa (Bolsonaro), que deu descaso total no atendimento à saúde indígena”, ressaltou. “Infelizmente, ele insistiu na divulgação de fake

news sobre o resultado da eleição e atacou o presidente do TSE. Meu povo apoia a atitude do Alexandre de Moraes de encerrar esse assunto, essa bagunça que ele vem fazendo.”

De acordo com ele, o povo Xavante sempre lutou pela justiça, pelos direitos, pelas terras. “Não existe, para nós, luta individual, sempre existiu a coletividade. Respeitamos o resultado da eleição”, destacou.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa



ALEXANDRE GARCIA

A TIRANIA É VICIANTE PARA OS TIRANOS. A VONTADE DE MANDAR AUMENTA A CADA DIA NA RAZÃO DIRETA DA VONTADE DE CALAR A CRÍTICA, AS VOZES QUE ALERTAM SOBRE O AVANÇO DO TOTALITARISMO

Senhores e vassallos

O TSE acaba de diplomar Lula e Alckmin, isto é, atestou que eles ganharam a eleição presidencial e estão aptos a tomar posse diante do Congresso Nacional. O presidente do TSE e o presidente eleito fizeram discursos em que defenderam as mesmas teses. Disseram que o outro lado ataca a democracia, que precisa ser defendida evitando mentiras, enquanto controlam a liberdade de expressão. Explicaram que a ação do Supremo e do TSE é defesa da democracia, num Estado de direito. E a gente aceita, porque temos a fraqueza de engolir discursos que

são o oposto do que testemunhamos e comprovamos — é da nossa cultura. Moraes afirmou que jamais houve uma fraude no sistema eletrônico, e Lula ousou apregoar que as urnas digitais “são de confiança reconhecida no mundo todo”. Nós achamos natural esse tipo de discurso.

A bandeira de São Paulo traz a inscrição latina non dvcor dvco, que significa “não sou conduzido, mas conduzo”. Em democracia, isso deveria estar cunhado na alma de cada cidadão. Mas na nossa cultura, agimos como súditos, vassallos, dependentes, tutelados,

esquecendo que somos cidadãos, pagadores de impostos, eleitores. Quem escolhe e sustenta deputados, senadores, vereadores, prefeitos, governador, presidente é o povo. Por isso, cada um de nós é origem do poder. Por nós, povo, é que fizeram uma Constituição, para submeter o Estado a nós, e nos submetemos todos as leis feitas com base na lei maior. Nós, o povo, não somos uma massa uniforme; cada um de nós é uma pessoa para a qual até Deus permitiu o poder do arbítrio. As leis que nos desencorajam a cometer crimes são as mes-

mas que nos garantem a vida, a propriedade, as liberdades de ir e vir, de reunião, de expressão, de opinião. Mas, com a cultura da vassalagem, muitos de nós acham natural que alguma autoridade decida o que podemos e o que não devemos dizer.

Lula e Moraes, na diplomação, defenderam uma liberdade restrita ao que eles julgarem ser a verdade. Precisou de uma eleição para que pelo menos metade da nação despertasse na defesa da Constituição e das liberdades. O devido processo legal foi violentado há três anos, sob silêncio da mídia, do Senado, da

OAB. Mas, principalmente, do povo, para quem existe o Estado. Durante a Copa no Catar, percebeu-se o quanto é conveniente para os que se apropriaram das instituições do Estado a alienação pelo futebol. Um gol do time preferido serve para não se perceber omissão no Senado, ou ativismo no Supremo. E os senhores do patrimonialismo — que alguns chamam de mecanismo — vão pondo em prática, passo a passo, a volta à apropriação do Estado e aos privilégios e benesses com poder aquisitivo, ante o silêncio dos verdadeiros senhores, o povo.

A tirania é viciante para os tiranos. A vontade de mandar aumenta a cada dia na razão direta da vontade de calar a crítica, as vozes que alertam sobre o avanço do totalitarismo. Vão repetindo os discursos sobre democracia e liberdade, e quem está viciado em ser vassallo aceito, porque é cômodo. É mais fácil ser conduzido que conduzir. O antídoto para isso é popularizar a Constituição como bíblia da cidadania. Eliminar a intermediação de intérpretes, que acabam sucumbindo à tentação de serem donos e condutores da lei maior.

As obras do Túnel de Taguatinga deram ao Daniel um emprego e a certeza de que, se a gente olhar pra frente, veremos o futuro do DF ainda melhor.



Daniel Santos
Trabalha nas obras do Túnel de Taguatinga.

Tem um futuro melhor bem à nossa frente.